

Ética Aplicada é uma colecção constituída por 12 volumes dedicados a diversos domínios académico-profissionais, que identifica, reflecte e problematiza as principais questões éticas que actualmente se colocam nos diferentes planos da actividade humana, e que exigem não só um pensamento crítico e uma deliberação ponderada por parte dos respectivos profissionais mas também dos cidadãos, como destinatários de toda a actividade profissional. Reunindo a colaboração de personalidades destacadas em cada um dos domínios contemplados, esta colecção dirige-se a seus profissionais e a todos os que não se demitem do exercício de uma cidadania consciente, livre e responsável.

A crise global do ambiente representa, pela primeira vez na história da humanidade, uma ameaça ontológica, de origem antrópica, à sustentabilidade das condições biofísicas que permitiram o prosperar das civilizações tecnológicas complexas desdeo final da últimaglaciação, nabreve época geológica conhecida por Holocénico. Este volume está organizado em duasgrandes áreastemáticas. Emprimeiro lugar abordam-seas questões conceptuais incontornáveis que permitem garantir uma especificidade teórica às relações entre ética e ambiente. Neste domínio integram-se as próprias doutrinas éticas, bem como as políticas ambientais. Em segundo lugar, este volume incide sobre grandes problemas específicos, que exigem escolhas e decisões onde o escrutínio ético não pode ficar ausente, como é o caso das alterações climáticas, energia, alimentação, água, oceanos, entre outros.



ÉTICA APLICADA

AMBIENTE

COORDENAÇÃO
MARIA DO CÉU PATRÃO NEVES
VIRIATO SOROMENHO-MARQUES

ÉTICA APLICADA



70

ÉTICA APLICADA

AMBIENTE

COORDENAÇÃO

**MARIA DO CÉU PATRÃO NEVES
VIRIATO SOROMENHO-MARQUES**

70

Título original:
Ética Aplicada: Ambiente

© os autores dos textos e Edições 70, 2017

Revisão: Inês Guerreiro

Capa: FBA

Depósito Legal n.º 434191/17

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

ÉTICA APLICADA

Ética aplicada: ambiente / coord. Maria do Céu Patrão Neves,
Viriato Soromenho-Marques. – (Ética aplicada; 4)
ISBN 978-972-44-2073-8

I – NEVES, Maria do Céu Patrão, 1959-
II – MARQUES, Viriato Soromenho, 1957-

CDU 17

Paginação:
EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Impressão e acabamento:
PENTAEDRO, LDA.

para
EDIÇÕES 70

1.ª edição: Novembro de 2017

Todos os direitos reservados.

EDIÇÕES 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A.
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, n.º 11 – 3.º C – 1900-221 Lisboa/Portugal
e-mail: geral@edicoes70.pt

www.edicoes70.pt

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.
Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível
de procedimento judicial.

Índice

A consciência do mundo

Maria do Céu Patrão Neves e Viriato Soromenho-Marques 11

Para uma ética ambiental: percursos fundamentais

Maria José Varandas 31

I

TEMAS FUNDAMENTAIS

Ética e ordenamento do território

João Ferrão 59

Ética das políticas de cooperação para o desenvolvimento

Korinna Horta 83

Ética das políticas de ambiente e conservação da natureza

Jorge Paiva 107

Ética da política e diplomacia ambientais: natureza, implicações e fundamentos

Viriato Soromenho-Marques 129

II
PROBLEMAS ESPECÍFICOS

Implicações éticas das alterações climáticas antropogénicas	
<i>Filipe Duarte Santos</i>	157
Implicações éticas das políticas energéticas	
<i>Júlia Seixas</i>	183
Implicações éticas das políticas agrícolas: para uma intensificação sustentável	
<i>José Lima Santos</i>	207
Implicações éticas dos organismos geneticamente modificados	
<i>Margarida Silva</i>	223
Implicações éticas das políticas hídricas	
<i>Luís Ribeiro</i>	247
Implicações éticas das políticas do mar	
<i>Tiago Pitta e Cunha e Emanuel Gonçalves</i>	267
Implicações éticas das políticas de transportes	
<i>João Vieira</i>	283
Implicações éticas da justiça ambiental	
<i>Francisco Ferreira</i>	305
Implicações éticas das políticas de saúde ambiental	
<i>José Manuel Calheiros</i>	329

Implicações éticas dos comportamentos do cidadão consumidor	
<i>Sofia Guedes Vaz</i>	351
Implicações éticas da cidadania ambiental	
<i>Luísa Schmidt</i>	369

A consciência do mundo

*Maria do Céu Patrão Neves
Viriato Soromenho-Marques*

Num tempo longínquo, no curso remoto do processo de hominização em que o *Homo sapiens sapiens* vai despontando, antecedido por laboriosas linhas evolutivas milenares, ele descobre-se, ganha consciência de si, como parte integrante da natureza. A indissociabilidade é tão profunda, a simbiose é tão estreita, que a distinção entre o homem e os demais elementos da natureza se apresenta difusa... Há um dinamismo vital que perpassa toda a natureza e anima o homem também, que indistintamente se vê como homem e como animal. As mitologias narram as forças da natureza a que o homem se subordina e venera e histórias fantásticas de seres meio-homem meio-animal, do que lhes advém poderes especiais; e religiões ancestrais preservam a sublimidade da comunhão com a natureza e perpetuam a crença na reencarnação sucessiva das almas em corpos de formas diferenciadas. São expressões de uma unidade originária que se foi paulatinamente quebrando em fracturas sucessivas.

A primeira ruptura do sincretismo (mítico) é marcada pelo advento da razão. Seguir-se-á o primado do conhecimento e os diferentes modelos de relação entre o cognoscente e o

cognoscível que se vão estruturando ao longo da história da humanidade. Com o surgimento da razão, o homem descobre o *logos* como princípio originário do real (*arché*), ao mesmo tempo que princípio unificador e inteligível da diversidade deste. É o *logos* que opera a passagem do caos (totalidade dos elementos da natureza) ao cosmos (integridade organizada dos elementos da natureza), descobrindo a harmonia universal que regula toda a natureza como o próprio homem, enquanto ser natural que é. É então que a relação entre o homem e a natureza verdadeiramente se inicia – como relação de harmonia –, sucedendo à homogeneidade da indistinção originária.

Entretanto, na época clássica, o homem percebe-se já também como um microcosmo, como condensando em si a imagem de todo o universo, replicando de forma diminuta a harmonia da lei universal. Neste sentido, a superioridade do homem em relação aos demais seres, pautada pelo exercício da razão, começa já a esboçar-se.

Mas é a aplicação da razão ao conhecimento do exterior circundante ao homem que definitivamente instaura a diferença entre este e a natureza, que cria a distância entre o homem e todo o real, o que a valorização do intelecto sobre os sentidos no processo de conhecimento, do inteligível sobre o sensível, vem agravar. Desde então, a separação entre o homem e a natureza não mais deixou de se aprofundar – o acto de conhecer exige uma tomada de distância entre o sujeito cognoscente e a realidade cognoscível (tal como, por exemplo, nos precisamos de afastar de uma obra de arte que queremos contemplar ou de um objecto do quotidiano que queremos observar) – e a prerrogativa humana de definição da relação com a natureza não mais deixou de se acentuar – o homem torna-se o autor da relação com a natureza, a partir do conhecimento que dela tem e dos valores que para si adopta.

A consciência que o homem tem do mundo decorre mas influencia também a consciência que ele tem de si próprio e

é na intersecção destas duas percepções que a relação entre o homem e a natureza se estabelece.

Na medievalidade, as religiões monoteístas – judaísmo, cristianismo e islamismo –, que se revelaram preponderantes da ordem humana a todos os níveis, prolongaram a relação que se vinha estabelecendo entre o homem e a natureza, sem que a divinização da lei cósmica alterasse, mas antes reforçasse, a obrigatoriedade de cumprir a lei natural, agora convertida também em lei de Deus – e, em ambos os casos, sujeita à interpretação que dela faz o homem.

Tem sido frequente fazer remontar a origem do divórcio do homem em relação à natureza ou do início da exploração e depauperação da natureza à expansão do cristianismo ou, mais correctamente, à cultura judaico-cristã ocidental, na esteira do célebre texto de Lynn White, «The Historical Roots of Our Ecologic Crisis», de 1967. Para além da sua tese principal – que consideramos manter-se pertinente – de que a crise ambiental, que então eclodia, decorre mais da visão ocidental do mundo do que dos progressos tecnológicos, que é mais ideológica do que técnica, que deriva fundamentalmente da percepção que o homem tem de si mesmo e a partir da qual estabelece a sua relação com o mundo, White centra a sua crítica na formatação judaico-cristã desta relação – o que nos parece interessante, embora simplista e algo precipitado. O texto bíblico permite também, e recomenda mesmo, outra leitura em que a clássica superioridade racional do homem sobre todo o existente, a que se soma a superioridade espiritual, incumbem-no de responsabilidade pela criação.

A este propósito importa sublinhar que a Encíclica do Papa Francisco *Laudato si'*, também designada «encíclica verde» numa sua manifesta aprovação pelos ambientalistas, não reformula a doutrina da Igreja Católica, mas apenas explicita, no contexto actual de riscos ambientais iminentes e graves, o comportamento preconizado pela Igreja para a relação do homem

com a natureza. Aliás – acrescente-se – *Laudato si'*, também não traz propriamente um pensamento novo no domínio da ética ambiental; mas, o estatuto do documento e a autoridade de quem o assina, a par da sistematização a que procede das mais importantes questões ambientais do nosso tempo e do apelo ao comportamento devido consentâneo com a responsabilidade cristã, revestem esta encíclica de um peso moral que ultrapassa largamente a comunidade católica e se perfila como exortação ecuménica.

É na modernidade que o afastamento do homem em relação à natureza, de facto, se desencadeia pelo surgimento do conhecimento ou ciência experimental e por duas das suas implicações que aqui destacamos como as mais relevantes para o nosso contexto temático. Primeiramente, a produção de instrumentos que, desenhados para um melhor conhecimento do mundo, para um conhecimento mais objectivo, eliminando a presença do sujeito, se perfilam como mediadores entre quem conhece e o que se pretende conhecer, assim estabelecendo uma distância intransponível entre ambos. O segundo refere-se à crescente aptidão que o homem vai ganhando para intervir no mundo, para o transformar, para sonhar em o controlar à sua própria medida, o que não decorre apenas do desenvolvimento científico, mas sobretudo da capacidade técnica – denotando, ao mesmo tempo que alimentando, um modo específico de relacionamento do homem com a natureza. A história do relacionamento do Homem com a Natureza tem traçado um progressivo afastamento desta directamente proporcional a um crescente centramento em si, numa autovalorização narcísica (e num desdém pelo restante) – atitude comumente designada por «antropocêntrica». Apaga-se a dimensão objectiva do mundo substituindo-a por uma visão subjectiva do homem, à luz dos interesses deste e, sobretudo, como se o mundo dependesse do homem e não inversamente. Só neste contexto, a futura inversão da perspectiva de

referência, no ecocentrismo – que retira o homem do centro e aí coloca a vida, o mundo – fará sentido.

Esta linha evolutiva que se projecta na contemporaneidade, acentuando-se, vem então a ser decisivamente desafiada por duas vias de sinal inverso. Uma primeira, positiva, decorre do desenvolvimento das ciências biológicas no século XIX, das teorias evolucionistas, com particular destaque para Charles Darwin e a sua *Origem das Espécies*, de 1859, da influência destes desenvolvimentos no pensamento filosófico que, por inspirações tão diversas como a de Max Scheler ou de Henri Bergson, já no século XX, não deixam de sublinhar a dimensão biológica do ser natural que o homem é, sublinhando a continuidade do fio da vida. É na esteira desta nova cultura científica que ao longo do século passado vão surgindo, com uma cadência cada vez maior, obras que problematizam a relação do homem com a natureza, que questionam a acção do homem sobre a natureza.

Uma segunda linha desafiadora do modelo clássico de relacionamento do homem com a natureza, desta feita de sentido negativo, decorre dos desastres ambientais que marcaram a segunda metade do século XX. Um primeiro que se destaca terá sido o da libertação de efluentes com elevado teor de mercúrio por parte da indústria Chisso, em Minamata, no Japão, na década de 50, e que causou uma doença (neurológica) conhecida como «mal de Minamata» (envenenamento por mercúrio que causa perturbações sensoriais podendo, em casos extremos, provocar a paralisia de órgãos vitais e morte). Mas os desastres mais mediáticos terão sido os derrames de crude causados pelos gigantescos petroleiros que cruzavam os oceanos, entre os quais o célebre Exxon Valdez que, em 1989, colide com um rochedo, libertando no Alasca cerca de 41 milhões de litros de petróleo, contaminando mais de 2 100 Km de linha costeira e 28 000 Km² de área oceânica, com efeitos devastadores imediatos na fauna e na flora das regiões afectadas,

para além dos diversos impactos indirectos na vida socioeconómica das populações. A estes motivos de forte apreensão cidadã somam-se os causados pela divulgação de novas realidades tão díspares como a energia nuclear, em particular após o grave acidente de Chernobyl (1986), ou a emergência dos transgénicos.

Paralelamente, o cidadão comum começa, pouco a pouco, a perceber a enorme pressão que o estilo de vida ocidental vinha a impor sobre a integridade da natureza e a qualidade ambiental, numa assustadora catadupa de efeitos como, por exemplo: o «baby boom» do pós-guerra criou necessidades acrescidas de alimentação que determinaram uma agricultura intensiva que provocou a deflorestação de largas regiões, a extinção de espécies e a perda de biodiversidade, mas obrigou também a uma utilização sempre crescente de químicos – entre fertilizantes e pesticidas – que vieram a provocar o empobrecimento dos solos diminuindo a produtividade e a contaminar os lençóis freáticos que, por sua vez, limitaram a acessibilidade das populações à água e geraram problemas de saúde pública, etc., etc.

É na convergência destas duas linhas, conducente à recuperação da consciência da integração do homem na natureza, no despertar de uma consciência ambiental, que se geram os aspectos que reputamos mais marcantes da contemporaneidade em matéria de ética ambiental, a saber: o alargamento do domínio tradicional da ética e o reconhecimento da existência de problemas globais.

A Ética, enquanto disciplina filosófica, inaugurada por Aristóteles na definição do seu objecto – a acção humana –, da sua metodologia – reflexão analítica e crítica – e sistematizada nos seus aspectos axiais – teoria das virtudes –, restringe-se exclusivamente ao plano das relações interpessoais. O desenvolvimento do pensamento ético ocidental não alterou a percepção de que só o modo como o homem age sobre o homem define o

homem. Apenas na contemporaneidade, este mesmo homem reconheceu que a sua acção sobre os demais seres – se lhes causa sofrimento ou deles cuida –, a sua acção sobre os ecossistemas – se os perturba ou os protege – também define a sua identidade moral, também o define como pessoa, respeitadora ou displicente do que não lhe pertence, mas de que usufrui. Reconheceu também que a sua acção, cuja densidade moral não se restringe na intencionalidade que a dita mas envolve também as consequências que origina, causa efeitos que não se esgotam no aqui e agora. Assim sendo, a Ética estende-se agora aos efeitos longínquos, no espaço e no tempo, da acção humana sobre todo o real, tornando-se coextensiva ao mundo e às gerações futuras.

Esta é uma das mais revolucionárias conquistas da contemporaneidade no nosso âmbito temático que, desde o século XIX mas sobretudo ao longo do século XX, contou com o contributo de naturalistas e pensadores de diversas áreas para a sua consolidação, tendo definitivamente extravasado de uma elite intelectual para a sociedade civil nas décadas de 60 e 70 em que se constituem os primeiros movimentos ambientalistas e, nesta sequência também, as primeiras iniciativas governamentais visando a protecção ambiental.

Com efeito, o mérito do activismo social no despertar da opinião pública e no pressionar dos actores políticos institucionais para a causa ambiental foi extraordinário, tendo sido potencializado, pelo menos nos países democráticos, por uma comunicação social independente, assistida por recursos técnicos de informação e comunicação cada vez mais desenvolvidos, capaz de levar os acontecimentos a casa de cada cidadão, quase em tempo real. E, não obstante, ousamos acrescentar que estes movimentos de cidadãos, por serem então, com muita frequência, ideologicamente situados (esquerda) e desenvolverem um espírito de militância (radical), recorrendo também a estratégias sensacionalistas (de choque), suscitaram diferentes níveis

de rejeição junto do cidadão comum (que por vezes ainda se manifestam).

Neste contexto, regista-se também como um subsequente passo importante no desenvolvimento do movimento ambientalista a crescente exigência de fundamentação científica, acompanhada por um discurso racional e objectivo (libertando-se de visões restritas, homogêneas e pouco dialogantes que caracterizam as militâncias) que permite implementar uma educação ambiental para todos os níveis etários e diferentes estratos sociais.

Este novo relacionamento do homem com a natureza, consciente, responsável e comprometido, não protagoniza necessariamente uma perspectiva ecocêntrica, advogada inicialmente por alguns como a única capaz de contrariar os malefícios ambientais do antropocentrismo. Alcançado o repouso do movimento pendular característico das causas humanas, somos hoje capazes de reconhecer os prejuízos de posições extremadas – *ánthropos* ou *oikos* centradas – e as vantagens de uma posição equilibrada como será a que se reputa por antropocentrismo moderado. Este contraria o antropocentrismo *stricto sensu*, por exemplo, na percepção do homem apenas como ser de razão e de dimensão espiritual em que se funda a sua supremacia, sem advogar um igualitarismo biocêntrico que estabelece uma igualdade entre todo o existente; rejeita uma relação meramente utilitarista da natureza, sem restringir as relações entre o homem e a natureza a interações de factores bióticos e abióticos, no plano ecológico. Um antropocentrismo moderado deve, por exemplo, reconhecer a inalienável condição e natureza do homem como ser natural sem anular a sua dimensão espiritual ou a reduzir a uma variação de grau, enquanto ser dador de sentido; deve reconhecer o valor intrínseco da natureza, independente de qualquer apreciação humana, sem o fazer equivaler a um valor moral que reserva ao homem, enquanto sujeito de liberdade e de responsabilidade.

A perspectiva ecocêntrica (biocêntrica ou transpessoal), na sua atenção centrada na vida, no mundo, foi decisiva para retirar o homem de um centralismo autista e obrigar ao reequilibrar da relação mas – acrescentamos – sem poder anular a preponderância do homem. Só por um falacioso artificialismo poderíamos supor possível retirarmo-nos do nosso comum ponto de vista antropológico ao olhar o mundo, ao contemplar a natureza... Hoje sabemos que, mesmo na mais objectiva e rigorosa forma de conhecimento, não é possível anular a realidade do sujeito, do homem, o que é também verdade para a nossa visão do mundo. O mundo é para nós a consciência que dele temos. De facto, não podemos «pensar como uma montanha» (Aldo Leopold, 1949), tal como tão pouco nos podemos colocar no lugar do outro, quando queremos respeitar a sua alteridade e não simplesmente substituí-lo; o nosso ponto de vista parte sempre e inexoravelmente de nós...

A par do alargamento do domínio legítimo e obrigatório da ética contemporânea (e das interpretações que pode suscitar) que apontámos como um dos aspectos mais positivamente marcantes do nosso tempo, incidimos agora no segundo também destacado, o do reconhecimento do problema ambiental como sendo global. Hoje é amplamente consensual que as consequências das acções contra o ambiente, negligências ou acidentes ambientais não se confinam ao espaço e tempo em que ocorrem, nem tão pouco os seus prejuízos afectam apenas os seus perpetradores. Não há fronteiras num espaço e tempo contínuos. E se é verdade que esta nova realidade pode gerar inquietudes e desconfianças em relação ao outro, na consciência de que ninguém controla totalmente a realidade ambiental ou a sua evolução, para além do círculo restrito da sua acção local, e que todas estas acções podem ser desbaratadas nos seus efeitos pelas do vizinho, também é verdade que assim se desenhou um desafio de grandeza ética ímpar. É que um problema global exige uma solução global o que, por sua

vez, exige a aproximação dos povos, o diálogo das diferenças, o compromisso dos consensos, a celebração de confianças na gênese da instauração de uma nova ordem mundial em que uma forma de unidade, na reunião em torno de um objectivo comum superior aos interesses particulares, é possível, em que o novo relacionamento, pacífico e cooperante, ou seja, ético, entre todos os homens é possível..., surpreendentemente sob o signo do ambiente, da preservação ambiental, da protecção da natureza.

Em suma, hoje sabemos que ninguém, nenhuma comunidade, nação, país ou continente conseguirá isolada e independentemente responder cabalmente aos problemas ambientais que enfrentamos – eis o que se ergue como a maior dificuldade para a sua resolução e se perfila como o maior desafio ético para a humanidade: a sobrevivência do homem na Terra depende da vontade e capacidade de todos trabalharem em conjunto.

E são tantos os problemas que nos convocam à cooperação! Consideremos, por exemplo, o aumento da população mundial e a sua concentração urbana. Estima-se (Relatório das Nações Unidas, *A Projecção da População Mundial: revisão de 2012*) que não só a população mundial continue a aumentar, devendo ascender a 9 mil milhões em 2050, mas que também 66% se concentre em espaços urbanos. A pressão demográfica sobre os recursos aumentará quase exponencialmente, aliás porque, ao número crescente de pessoas se somam também os novos e mais exigentes (em intensidade ecológica) hábitos alimentares em populosas regiões do mundo como a China ou a Índia. Como consequência podemos começar por referir a pressão sobre a sustentabilidade dos ecossistemas da necessidade de aumento da produção de bens alimentares, mas importa igualmente considerar, a montante, a panóplia de recursos naturais (o solo ou a água) e artificiais (a mecanização e suas necessidades energéticas) para uma produção agropecuária intensiva,

ou a jusante o que esta origina, como seja a produção de resíduos (sólidos urbanos) e as exigências para a sua adequada gestão, numa longa cadeia de interdependências causa-efeito.

Mas os impactes são muito diversos. Podemos também referir, ainda como exemplo, o aumento da poluição a todos os níveis – atmosférica, hídrica, visual, sonora, do solo também – que dispara com a concentração demográfica. E bastaria tomar em consideração uma destas formas de poluição, como seja a do ar, para continuar a desenrolar a sequência de impactes: a chuva ácida, o efeito estufa, a inversão térmica, a ilha de calor, a destruição da camada de ozono... E o impacte mais relevante será o do acréscimo de problemas de saúde com particular incidência em doenças das vias respiratórias, mas podendo ser muito variadas, estendendo-se desde alergias a doenças do foro psiquiátrico.

Entre esta multitude de problemas ambientais, o mais evidente impacto da pressão demográfica é a desertificação das zonas rurais que, abandonadas, se tornam mais vulneráveis a muitos riscos ambientais naturais (como os incêndios) ou antropogénicos (perda do valor cultural e mesmo lúdico). Sem cair no optimismo de que a tecnologia do futuro será capaz de resolver os problemas do presente, há indubitavelmente recursos já existentes que podem contribuir para uma existência global integrada, nomeadamente uma flexibilização do trabalho que acolha as prerrogativas das potencialidades digitais como o teletrabalho, permitindo descomprimir a cidade e habitar o campo.

Não nos referimos a tantos e tantos outros problemas ambientais que exigem a cooperação entre todos os cidadãos do mundo... Uns bem próximos como a preponderância dos valores económicos sobre os demais, sendo percebidos como fins em si mesmo e não como meios de desenvolvimento social, por vezes numa lógica tímida de curto prazo, sem horizonte para perceber que a alteração de modelos económicos

constitui um investimento no futuro e não um comprometimento do presente. Uns algo mais distantes como a ameaça crescente sobre os direitos humanos dos povos do mundo e das gerações futuras por causas ambientais que tanto podem assumir uma feição mais regional como seja a importância geopolítica dos cursos de água, como uma feição transversal e global como sejam as alterações climáticas, tendo dado origem a uma nova categoria de refugiados, os climáticos e/ou ambientais.

Em relação a estas matérias como a tantas outras deixaremos os nossos autores reflectirem. É na consciência emergente destes e de tantos outros reais problemas ambientais que efectivamente colocam em risco a sobrevivência humana que, sobretudo nos últimos 50 anos, se vêm multiplicando as iniciativas de protecção ambiental de que o presente volume pretende igualmente dar conta: alertar para os riscos e orientar para as soluções.

Este volume de *Ética Aplicada* dedicado ao *Ambiente* abre-se com o texto de Maria José Varandas «Para uma *Ética Ambiental*: percursos fundamentais», contextualizador não só da perspectiva de apreciação da problemática ambiental privilegiada neste volume, mas também das principais teorizações por que se tem pautado o seu desenvolvimento: a «*Ética da Responsabilidade Ambiental* de Hans Jonas, de orientação antropocêntrica, cujo escopo é o de procurar garantir o futuro da humanidade, mediante a preservação da qualidade bio-ecológica planetária para as gerações vindouras»; uma «*Ética da terra* de Aldo Leopold, de orientação não-antropocêntrica, focando-se no valor intrínseco da natureza, integra o ser humano na ampla comunidade biótica [... e], postula como imperativo ético da acção o dever de respeitar a integridade, o equilíbrio e a beleza desse Todo do qual faz parte»; e a *Ecologia Profunda* de Arne Naess, denunciando que «a categoria que

relaciona o humano e o planeta não é a de pertença comunitária [...], mas a identificação do ser do Homem e do ser da Terra. A afirmação da identidade cósmica profunda inspira e informa um código de práticas convencionais através do qual progressivamente se atingirá a plena unidade entre o Homem e o Cosmos».

Segue-se a abordagem de quatro grandes «temas fundamentais» atendendo à sua abrangência e transversalidade e, principalmente, enquanto basilares para toda e qualquer acção de protecção ambiental. O primeiro incide sobre «*Ética e ordenamento do território*» que João Ferrão, denunciando o deficit de interesse pelo tema fora dos países anglo-saxónicos, desenvolve: sublinhando a especificidade do ordenamento do território como política pública («corpo de conhecimentos e conjunto de práticas profissionais»), não obstante continuar a reproduzir debates de outros domínios; reconstituindo «o modo dinâmico como a relação ética - ordenamento do território tem evoluído nas últimas décadas» e ilustrando como experiências de planeamento têm contribuído para a responsabilidade moral no âmbito em apreço; e destacando a importância de «interesse público» face a demais legítimos interesses.

O segundo tema privilegia a «*Ética das políticas de cooperação para o desenvolvimento*». Korinna Horta parte da afirmação de que a maioria dos que mais sofrem com a degradação ambiental se encontra no hemisfério Sul, sendo já vítima de desigualdades económicas. Os investimentos em cooperação são, pois, um imperativo moral, sendo aqui analisados os atribuídos «em troca de reformas estruturais», os «que canalizam fundos directamente aos governos», os concedidos a título de empréstimo a projectos específicos. E, todavia, têm-se revelado «inadequados para dar resposta à crise social e ambiental no Sul Global», esperando-se agora que o novo modelo que a Agenda 2030 constitui possa vir a contribuir para uma efectiva

redução da pobreza, protecção do ambiente e combate às alterações climáticas.

A «Ética das políticas de ambiente e conservação da natureza» constitui o terceiro tema desta secção, analisado por Jorge Paiva a partir da caracterização de diversos tipos de atentados contra a natureza, nomeadamente: a redução da biodiversidade decorrente da acção humana (extinção antrópica), particularmente através da destruição das florestas, que constituem os «maiores produtores mundiais de biomassa, com grande capacidade despoluidora» e a proliferação da poluição, amplamente ilustrada e apreciada nos seus impactos ambientais e na saúde pública. Acresce a este cenário, o fracasso das Cimeiras Internacionais sobre o Ambiente que o autor percorre quase exaustivamente. Entretanto, e perante esta realidade, o autor não deixa de exortar a uma boa e ampla programação de Educação Ambiental nas escolas.

Viriato Soromenho-Marques desenvolve o último tema desta secção, «Ética da política e diplomacia ambientais: natureza, implicações e fundamentos». Neste texto procura desenhar-se um amplo quadro temático e histórico do que hoje se designa como política pública de ambiente e diplomacia ambiental. Numa gestão crítica de uma informação abundante, o autor propõe a existência de uma teoria cíclica para a compreensão dos avanços e recuos do já mais de meio século de moderna política ambiental, mostrando igualmente que o princípio ético unificador, tanto da política pública como da diplomacia, é o crucial princípio da justiça entre gerações. Nessa medida, os grandes desafios ambientais, cuja decisão está em processo e profundamente carregada de incerteza, inserem-se profundamente na tradição do pensamento filosófico ocidental contemporâneo, de Kant, Jefferson e Burke, a John Rawls.

Segue-se uma secção que contempla alguns dos mais relevantes «problemas específicos» que hoje se colocam ao considerato comum de sustentabilidade ambiental, seleccionados

tendo em atenção a evidência da sua enorme diversidade bem como a gravidade de que se revestem. Introduzidos pela expressão comum «implicações éticas» formulam, afinal, as responsabilidades humanas nas muito diversas áreas de actividade que exigem uma urgente mudança de paradigma de acção individual e colectiva.

Filipe Duarte Santos analisa as «Implicações éticas das alterações climáticas antropogénicas» fundamentando-as em três diferentes tipos de assimetrias: na «distribuição geográfica das populações humanas mais responsáveis pelas alterações climáticas e as populações humanas mais afectadas por essas alterações», «na capacidade de adaptação às alterações climáticas e na capacidade de resolução do problema climático»; e na afectação mais das gerações futuras do que as actuais responsáveis pela gravidade do problema. Procede, depois, à apreciação das causas do aquecimento global e das modalidades de mitigação dos seus efeitos, centrando-se seguidamente nos princípios éticos a implementar no sentido de ultrapassar os impactos intergeracionais.

As «Implicações éticas das políticas energéticas» são desenvolvidas por Júlia Seixas através da «evolução do sistema energético mundial», vincando a diferença entre a realidade pré-revolução industrial – em que as «necessidades energéticas eram modestas» – e pós-revolução industrial – em que o consumo tende a multiplicar-se exponencialmente – e ainda a realidade actual caracterizada pela mudança dos sistemas de energia de que, todavia, as populações interessadas parecem ficar arredadas. A autora afirma que «os desafios da energia e do clima são éticos em primeiro lugar», devendo atender, na sua planificação futura, ao direito à energia e justiça no seu acesso, a par do bem-estar das populações.

Seguem-se as «Implicações éticas das políticas agrícolas: para uma intensificação sustentável» em que José Lima Santos começa por sublinhar a «tripla dimensão – ética, política e

tecnológica» – do processo de alimentar uma população mundial em crescimento e com padrões de consumo cada vez mais exigentes, garantindo a todas as pessoas o acesso a uma alimentação saudável. O desafio radica no aumento da produção sem o aumento da área agrícola, no aumento da intensificação (produção agrícola por hectare) sem o aumento e mesmo com a diminuição dos prejuízos que lhe estão tradicionalmente associados, tendo em vista a conservação da biodiversidade e a continuidade dos «serviços de ecossistemas» (processos ecológicos de que depende a sustentabilidade da vida).

Maria Margarida Silva centra-se numa das questões mais controversas no domínio agrícola em «Implicações éticas dos organismos geneticamente modificados», começando por apontar o surgimento fortuito dos OGM e as circunstâncias do seu rápido desenvolvimento. Centra-se depois num amplo espectro de realidades que, defendidas pelos adeptos dos OGM, interpelam a observância de valores amplamente consensuais entre os cidadãos comuns. É neste contexto que a autora aborda a questão dos reivindicados direitos de propriedade de plantas transgênicas, a conseqüente progressiva redução de variedades de sementes convencionais, a crescente dependência da agricultura e dos interesses dos cidadãos de interesses empresariais privados, o patenteamento de bens comuns, como a alimentação, e uma panóplia de problemas associados.

Luís Ribeiro incide sobre as «Implicações éticas das políticas hídricas» fundamentando a importância da água para toda a vida na Terra, sendo simultaneamente insubstituível para todos – é «o cerne de toda a rede de vida planetária» –, apesar de difícil acesso para muitos e desperdiçada quotidianamente por mais ainda. As considerações de ordem ética na gestão de recursos hídricos ganham, por isso, relevância acrescida. Neste âmbito «a aplicação de conceitos éticos tem uma relevância prática directa na gestão dos recursos hídricos», nomeadamente: dignidade humana, participação, solidariedade,

igualdade humana, bem comum, governança, transparência, inclusão, empoderamento (ou autonomização).

As «Implicações éticas das políticas do mar» são sistematizadas por Tiago Pitta e Cunha e Emanuel Gonçalves que consideram ser a ética ambiental particularmente relevante no domínio do mar uma vez que este está ainda mais ameaçado do que os ecossistemas terrestres. E, todavia – acrescentam – as preocupações éticas têm permanecido quase incipientes em relação ao mar não só pela percepção errada de que é indestrutível, como também por estar mais afastado do nosso quotidiano do que os habitats terrestres. Assim «a visão prevalecte continua a ser a da exploração utilitarista do mar, fragmentada nos seus diversos usos pelo Homem», tornando-se urgente um novo relacionamento entre os humanos e o mar, estruturado numa «ética azul».

A importância ambiental dos sistemas de transportes é hoje reconhecida e João Vieira desenvolve-a em as «Implicações éticas das políticas de transportes», destacando problemas associados como a poluição atmosférica, o ruído, o impacto nas alterações climáticas através da produção de gases com efeito estufa, entre outros. Afirmando o direito à mobilidade, importa estabelecer políticas de transporte a nível local como nacional e internacional que tenham em conta a regulação da eficiência energética dos veículos e que contribuam para uma transição para um sistema de transporte mais sustentável, «aproveitando as oportunidades das novas tecnologias [...] mas sem impactar demasiado os grupos sociais com maior fragilidade.»

Sucedem-se dois temas que têm indevidamente recebido menos atenção do que os anteriores por parte do grande público. Um primeiro é o das «Implicações éticas da justiça ambiental» que, subjacente às problemáticas anteriores, Francisco Ferreira analisa em si mesmo começando por apresentar diferentes definições da expressão e traçar sucintamente a sua

história, sublinhando que tem «ampliado o seu âmbito, quebrando a visão exclusivamente antropocêntrica para uma visão mais integradora da realidade e da interacção das populações com o ambiente.» Incide depois nas muitas situações específicas de justiça climática que nos interpelam, sendo as actualmente mais pertinentes no domínio ambiental, e invocando os princípios éticos já estabelecidos no direito internacional e que precisam de ser globalmente aceites e implementados.

Um outro tema eventualmente menos divulgado é o das «Implicações éticas das políticas de saúde ambiental» que José Manuel Calheiros analisa «na vertente ética de formulação e aplicação de políticas públicas em saúde ambiental, procurando ilustrar esta análise com exemplos que vão da esfera global à local, nos quais a interacção saúde/ambiente tem um papel relevante ou mesmo crítico.» Concretamente em Portugal, o autor refere-se às políticas públicas da água e saneamento básico, para os resíduos urbanos, relativas à energia, à contaminação do ar, às mudanças climáticas, a agentes infecciosos nos seus impactos na saúde pública e na evolução que têm registado, sendo que as perspectivas europeias futuras são preocupantes.

Os dois últimos temas desta secção incidem sobre a responsabilidade individual e colectiva do cidadão comum, alertando para o que cada um de nós, na sua pequenez face à grandiosidade da tarefa, pode fazer, contribuindo significativamente para um esforço que tem de ser global.

Sofia Guedes Vaz reflecte sobre as «Implicações éticas dos comportamentos do cidadão consumidor» evidenciado como os nossos comportamentos e as nossas opções enquanto consumidores podem influenciar os mercados e as próprias cadeias de produção, uma vez que «a produção e o consumo estão intimamente ligados». Ora, vivendo em sociedades caracterizadas por um consumo desligado das necessidades e que as extravasa, mas reconhecendo também não ser possível

deixar de consumir, urge estruturar e robustecer uma ética do consumidor assente «numa reflexão individual sobre a responsabilidade que cada um de nós tem pelos impactes no mundo decorrentes das nossas escolhas pessoais», assim restaurando a racionalidade e a autonomia das escolhas.

Luísa Schmidt incide sobre as «Implicações éticas da cidadania ambiental» começando por traçar o quadro da actual degradação ambiental a todos os níveis – ar, água e terra – e evidenciando a necessidade de mudança das sociedades e dos seus modelos económicos, das pessoas e dos seus hábitos de consumo. A este desafio procuram responder três diferentes narrativas principais: a dos limites (pessimista), a prometaica (optimista) e a da sustentabilidade (razoável) – centrando-se a autora nesta última, mas defendendo a complementaridade das três. Neste plano preconiza-se o activar de uma «consciência pública cultura cívico-ambiental, e liderança e decisão políticas» – como os factores necessários para uma ética da cidadania global.

Ética Aplicada: Ambiente pretende contribuir para um melhor conhecimento dos actuais problemas e riscos ambientais e suas causas, bem como para um maior envolvimento dos cidadãos na procura de novas vias de actuação que garantam a sustentabilidade ambiental no planeta e a justiça social no mundo.

Hoje, o cidadão comum, entre nós, dispõe já de um conhecimento básico acerca da importância da integridade ambiental e das acções devidas para a preservar, isto é, de uma ética ambiental desenvolvida no curso de uma educação ambiental que tem contado com o concurso de activistas cívicos, da comunicação social e de órgãos estatais. O que urge fazer avoluma-se ainda como hercúleo; mas o número dos que estão comprometidos com a causa ambiental tem-se avolumado também... A consciência do mundo em que vivemos, que nos acolheu e

que deverá servir de berço às futuras gerações é hoje cada vez mais intensa.

E esta nossa consciência do mundo não é apenas uma estratificação fossilizada de conhecimentos e experiências acumuladas ao longo de séculos, de milênios, mas, sobretudo, uma realidade dinâmica, um impulso propulsor para um mundo melhor.

A consciência que hoje formamos do mundo reflecte o apreço pela natureza, pela sua biodiversidade e respectivos ecossistemas e reflecte o ideal de uma dignidade e igualdade para todos os povos e todos homens, reconhecendo-se que é como agimos em relação a estas realidades que nos definimos como pessoas. A nossa consciência do mundo é também reflexo da consciência de quem somos e de quem queremos ser.